

# MAPEAMENTO DAS COLEÇÕES ETNOGRÁFICAS NO BRASIL: PERCURSOS E CONTRIBUIÇÕES À PNM<sup>1 2</sup>

*MAPPING ETHNOGRAPHIC COLLECTIONS IN BRAZIL: PATHS AND  
CONTRIBUTIONS TO THE PNM*

**Adriana Russi**  
**UNIRIO/UFF**  
**Geslline Giovana Braga**  
**PPGAS-UFRN**  
**Marco Brandão**  
**UFF**

## **Resumo**

Recentemente a PNC<sup>3</sup>, abruptamente descontinuada, foi retomada, assim como a PNM e o PNSM<sup>4</sup>, agenda política do IBRAM<sup>5</sup>. Milhares de museus no país preservam coleções etnográficas. Constituídas por artefatos que materializam aspectos da vida social humana, se associam, desde tempos coloniais, às trajetórias e memórias de comunidades indígenas, quilombolas e outras. A carência de informações sistematizadas sobre essas coleções dificulta o acesso de pesquisadores e, sobretudo, prejudica o exercício do direito à memória dessas comunidades. Considerando a importância destes acervos, sua difusão e a reparação histórica a esses grupos e, visando potencializar as políticas públicas de museus, em 2018 o Comitê de Patrimônios e Museus da Associação Brasileira de Antropologia começou a mapeá-las para divulgá-las num banco de dados acessível via portal web. Este relato apresenta dados deste projeto cuja plataforma será lançada em breve.

## **Palavras-chave:**

Coleções etnográficas; Política Nacional de Museus; direito à memória; banco de dados; difusão de acervo.

## **Abstract**

*Recently, the PNC, which was abruptly discontinued, was resumed, as were the PNM and PNSM, the political agenda of IBRAM. Thousands of museums in the country preserve ethnographic collections. Consisting of artifacts that materialize aspects of human social life, they have been associated, since colonial times, with the trajectories and memories of indigenous, quilombola and other communities. The lack of systematized information about these collections makes it difficult for researchers to access them and, above all, hinders the exercise of the right to memory of these communities. Considering the importance of these collections, their dissemination and historical reparation to these groups, and aiming to enhance public policies for museums, in 2018 the Heritage and Museums Committee of the Brazilian Anthropology Association began to map them to disclose them in a database accessible via a web portal. This report presents data from this project, the platform of which will be launched soon.*

## **Keywords:**

*Ethnographic collections; National Museum Policy; right to memory; database; dissemination of collections.*

## INTRODUÇÃO<sup>6</sup>

No Brasil o campo museal se estruturou muito antes da idealização da Política Nacional de Museus. Os primeiros museus foram constituídos ainda no período colonial e remetem a época da vinda da família real à então colônia portuguesa (Julião, 2006; Lopes, 1997). As iniciativas de políticas públicas para a cultura no país datam dos anos de 1930 e focavam na preservação do patrimônio cultural. Também se localiza nesse período a concepção do primeiro curso de graduação em museologia que funcionou, desde 1932 no Museu Histórico Nacional, no Rio de Janeiro, e que a partir de 1976 foi incorporado à Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

Aqui não há espaço para nos deter na longa e complexa trajetória das políticas culturais no Brasil. Muitos autores (as) já o fizeram a partir de distintas perspectivas. Coelho (1997) organizou um dicionário em que compila os principais verbetes no campo das políticas culturais sistematizados até o momento da publicação. Badaró (2000) analisa as contribuições de Gustavo Capanema e de intelectuais que lhe foram contemporâneos para a cultura brasileira. Em suas obras Calabre (2005; 2009) aborda a trajetória das políticas culturais no Brasil. Botelho (2001) escreve sobre a Fundação Nacional de Artes a política cultural e em sua obra de 2007 faz uma análise ampliada das políticas culturais. Fonseca (2005) faz uma minuciosa reflexão sobre a trajetória da política de patrimônio cultural a partir da atuação do Instituto do Patrimônio Artístico Cultural. Na obra organizada por Rubim e Barbalho (2007) temos o campo dos estudos da cultura apresentado como campo multidisciplinar em que são incluídas análises sobre as perspectivas e a trajetória das políticas culturais em suas várias dimensões. Moraes (2009) em seu artigo trata das políticas públicas com ênfase na política cultural e, particularmente, na política de museu no Brasil. Varella (2014) faz um balanço sobre o Plano Nacional de Cultura no âmbito da política cultural brasileira. Já Barbalho (2017) discute a politização do campo cultural e a crise que se abateu sobre o Ministério da Cultura.

Numa tentativa de apontar algumas linhas das políticas culturais no Brasil, é possível afirmar

que foram usadas de maneira dirigista e/ou autoritária durante os regimes ditatoriais. Já no pós-democratização, no período do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), por exemplo, estiveram comprometidas com os interesses do mercado, transformando “direitos sociais” em “benefícios sociais” excludentes. Como aponta Moraes (2009), eram políticas que não abriam margem para críticas ou alternativas e não consideravam o diálogo nem a diferença.

O propósito deste trabalho é apresentar o projeto Mapeamento das Coleções Etnográficas no Brasil, levado a cabo desde 2018 voluntariamente pelo Comitê de Patrimônios e Museus da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e que em 2022 ganhou recursos do CNPq. Para além do relato desta iniciativa, propomos uma breve reflexão sobre como tal projeto dialoga e contribui para a Política Nacional de Museus, especialmente para o Plano Nacional Setorial de Museus.

Para tanto, nossa proposta elegeu como ponto de partida os desdobramentos de um importante período da história recente das políticas culturais, quando um novo rumo passou a ser implementado. A partir de 2003, quando Luiz Inácio “Lula” da Silva assumiu a Presidência da República, nomeando Gilberto Gil como Ministro da Cultura, se pode dizer que estivemos diante do início de uma trajetória de mudanças no setor das políticas para a cultura. O conceito antropológico de cultura passou a ser incorporado nas diretrizes dessa nova trajetória. Foi quando setores da sociedade, historicamente excluídos dos processos de elaboração das próprias políticas públicas, passaram a ser consultados e mais, passaram a participar da elaboração de diretrizes norteadoras para estas políticas (Barbalho, 2017).

Historicamente no país se formaram diferentes redes de profissionais e agentes no/do campo dos museus, que articulados ativamente em fóruns, congressos e redes internacionais como o International Council of Museums (ICOM) da UNESCO atuaram de maneira propositiva. Desde a criação do ICOM, em 1946, tivemos um Comitê Brasileiro, o ICOM Br projetando internacionalmente a museologia e as experiências dos museus no Brasil.

Forte também tem sido a atuação da museologia brasileira em encontros regionais e internacionais

articulados no âmbito do ICOM para debater os desafios e os rumos do campo museal. Para relembrar de alguns deles, destaque para o Seminário Regional da UNESCO sob o título “A função educacional dos Museus”, encontro realizado no Rio de Janeiro em 1958, cujo foco eram as relações entre museu e educação e que culminou posteriormente na educação museal (Chagas; Macri, 2019).

Outro emblemático evento que envolveu forte participação brasileira foi o encontro entre profissionais de museus e da museologia, realizado em Santiago do Chile em 1972, que envolveu diferentes países da América Latina. As ideias do educador pernambucano Paulo Freire, convidado a participar do evento, mas impedido de viajar em função da ditadura militar, ensinaram a construção coletiva do conceito de “museu integral” presente no documento Declaração de Santiago do Chile 1972, seminal para a chamada Museologia Social (Heymann, 2023).

Nascimento Junior (2019), em sua tese de doutorado *De João a Luiz: 200 anos de política museal no Brasil*, faz um panorama sobre as políticas públicas voltadas ao campo da cultura no país, com foco especial na importância dos museus em diferentes momentos da história do país. Para Nascimento Junior:

A gênese da Política Nacional de Museus se inicia com a aprovação da Carta de Rio Grande, em 2002, no 8º Fórum Estadual de Museus do Rio Grande do Sul [...] e que apontava para a necessidade de elaboração de políticas públicas para museus nos níveis de governo federal e estadual (Nascimento Junior, 2019, p. 36).

Naquele ano de 2002, como revela Nascimento Junior, o evento, em sua 8ª edição no âmbito do Sistema Estadual de Museus do Rio Grande do Sul, demonstrava a recuperação de ações no campo museal daquela unidade da federação que serviam de referência no país. Da (re) articulação destas redes é que vimos despontar já em 2003 o caderno Política Nacional de Museus: memória e cidadania (Brasil, 2003), que expressava a vontade de memória, de defesa do direito às memórias e de políticas públicas para o setor museal. Assim, o documento apontava para o que deveriam ser os objetivos de uma política nacional de museu:

[...] promover a valorização, a preservação e a fruição do patrimônio cultural brasileiro,

considerado como um dos dispositivos de inclusão social e cidadania, por meio do desenvolvimento e da revitalização das instituições museológicas existentes e pelo fomento à criação de novos processos de produção e institucionalização de memórias constitutivas da diversidade social, étnica e cultural do país (Brasil, 2003, p. 8).

O referido documento chamava atenção para a multiplicidade de memórias “constitutivas da diversidade social, étnica e cultural do país”. E para viabilizar tais objetivos foram identificados sete eixos programáticos: 1) gestão e configuração do campo museológico; 2) democratização e acesso aos bens culturais; 3) formação e capacitação de recursos humanos; 4) informatização de museus; 5) modernização de infraestruturas museológicas; 6) financiamento e fomento para museus e 7) aquisição e gerenciamento de acervos culturais (Brasil, 2003).

Em 2004, para superar a carência de informações acerca do setor museal e da imprescindível necessidade de conhecer o melhor, o Departamento de Museus e Centros Culturais do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) fomentou um conjunto de iniciativas com foco nos eixos acima citados. No mesmo ano foi criado o Sistema Brasileiro de Museus (SBM). Com vistas a dar andamento ao eixo 1, no qual estavam previstas ações para coletar dados, identificar, cadastrar e articular instituições, entre outras, foi implementado em 2006 o Cadastro Nacional de Museus (CNM). O propósito era “mapear para agir” (IBRAM, 2011 a).

Em 2009, um outro importante passo foi dado no sentido de formalizar a institucionalização das políticas para os museus com a criação do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), autarquia federal responsável pelo desenvolvimento e implementação dessas políticas no país, e que passou a gerenciar o CNM e o SBM. Nas palavras de Nascimento Junior (2019, p. 41) a criação do Sistema Brasileiro de Museus:

[...] foi a primeira ação diferencial da atuação do Estado em relação aos museus. Esse sistema contribuiu para gerar uma interlocução no setor de modo efetivo, para a organização e gestão dos museus - sejam eles de administração pública, privada ou mista -, para o desenvolvimento dos processos museológicos, para a formação e capacitação dos recursos humanos e para a produção do conhecimento na área da museologia. A finalidade foi desenvolver uma base

organizacional para o setor museológico brasileiro, de forma articulada e participativa, para apoiar a atuação dos museus e o desenvolvimento de processos museais, construindo, conjuntamente, políticas públicas em nível nacional e respeitando as diversidades regionais. A estratégia de constituir mecanismos de difusão da política de museus nacionalmente teve nos fóruns, nos sistemas de museus, na semana nacional e na primavera dos museus, instrumentos fundamentais para dar a capilaridade que a política pública necessitava para sua consolidação.

O Cadastro Nacional de Museus, por sua vez, possibilitou compilar e aprofundar informações sobre a realidade do campo museológico, de forma a permitir conhecer melhor a realidade do campo museal, suas fragilidades e potencialidades. E é nesse contexto da Política Nacional de Museus e do Cadastro Nacional de Museus que surgiu o projeto do *Mapeamento das Coleções Etnográficas no Brasil*. Uma iniciativa coletiva dos membros do Comitê de Patrimônios e Museus da ABA junto às comunidades e populações tradicionais brasileiras. Em 2018, durante a realização do já tradicional pré-evento organizado por este comitê e realizado nos dias imediatamente anteriores às Reuniões bienais - a Reunião Brasileira de Antropologia - RBA - da ABA, com o tema *Antropologia e Museus: os desafios do contemporâneo*, aconteceram várias mesas-redondas, que reuniram antropólogas, antropólogos e lideranças indígenas e comunitárias com iniciativas de museologia colaborativa. E o uníssono nestas falas era a necessidade de saber e conhecer por onde estão objetos e coleções das populações tradicionais e comunidades originárias. A ideia que se delineava naquele momento apontava para a urgente noção de mapear para reparar, numa alusão a imprescindível tarefa que se impõe a pesquisadores e profissionais de diversas áreas de trabalhar para trazer à tona de forma coletiva e colaborativa as múltiplas memórias das comunidades historicamente invisibilizadas - indígenas, negros, populações tradicionais entre outros.

### **O MAPEAMENTO DAS COLEÇÕES: PERCURSO METODOLÓGICO E ALGUNS DADOS<sup>7</sup>**

O Brasil, com seus quase 4 mil museus,<sup>8</sup> dispersos em todo o território nacional, traz um enorme desafio: conseguir localizar as inúmeras coleções etnográficas preservadas em muitos desses

museus, associadas aos mais diversos povos e comunidades. Considerando esse universo e tendo em vista a necessidade de organizarmos uma metodologia a ele adequada, inicialmente organizamos uma rede com articuladores regionais voluntários por todo o Brasil da qual fazem parte pesquisadores, professores, bolsistas e estagiários.

Juntos concebemos fichas como instrumento de pesquisa junto às instituições museais. A opção por uma metodologia com fichas, desde o princípio, está ligada à: transdisciplinaridade deste projeto à área da museologia, a necessidade de aplicar a pesquisa à distância e, por fim, a vontade de “um dia” ter uma plataforma para disponibilizar os dados do mapeamento à detentores e pesquisadores. Assim, foi concebida uma ficha, denominada “Ficha A”, com campos gerais sobre a instituição museal e outros campos dedicados a qualificar a coleção etnográfica com aspectos sobre suas tipologias, tentando, na medida do possível, identificar os povos e/ou comunidades associados à coleção.<sup>9</sup>

O projeto não parou durante a pandemia e ganhou, até mais força e novos colaboradores, devido ao fato das reuniões do Comitê de Patrimônios e Museus passarem a ser realizadas on-line. Como isso, a rede foi crescendo e o projeto se desenrolando de formas diferentes em cada região do país e em cada estado.

Com o passar dos anos, os articuladores constataram a proporção do esforço a que se lançaram e concluíram ser o mapeamento um projeto de longo prazo senão “interminável”. Um aspecto que chamou a atenção é que embora existam mais de 457 museus de antropologia e etnografia (IBRAM, 2011 c), encontramos muitas coleções etnográficas em museus que se reconhecem como museus históricos, museus de arte e outros, se considerarmos as instituições em suas diferentes tipologias. Assim, compreendemos que sempre existirão coleções e instituições a serem mapeadas. Bem como, a dinâmica do projeto foi sendo compreendida com a necessidade de maleabilidades dimensionadas pelo tamanho continental do Brasil.

O sonho coletivo da plataforma está sendo realizado e até meados de 2025, graças à aprovação no Edital Pró-humanidades do CNPq,

Região	Cadastradas	Mapeadas	TOTAL
Sudeste	73	152	225
Centro-Oeste	19	22	41
Nordeste	18	56	74
Norte	24	16	57
Sul	36	37	73
total	170	300	470

Tabela 1 – Instituições/iniciativas cadastradas no projeto de Mapeamento das Coleções Etnográficas do Brasil.

Fonte: Acervo do projeto (2024).

em 2022, os dados estarão disponibilizados e acessíveis por meio da plataforma Tainacan.<sup>10</sup> Para a realização do projeto como previsto, dentro da área de difusão cultural e científica, foi preciso tornar o projeto ainda mais interdisciplinar.

Como indicado na tabela a seguir, até meados de 2024, conseguimos alcançar um total parcial de 170 instituições/iniciativas com coleções etnográficas já cadastradas no banco de dados do projeto. Porém, o número de instituições/iniciativas mapeadas, e em grande medida já contactadas e em processo de preenchimento da “Ficha A”, é ainda maior, alcançando mais 300. Como cadastradas nos referimos às instituições que já completaram os campos do instrumento de coleta de dados (Ficha A) e que foram inseridas no banco de dados criado para o Mapeamento.

Atualmente, após identificar uma distribuição bastante desigual entre os estados de cada região e entre as cidades de cada estado, buscamos balancear essa proporção investindo nos estados/cidades que ainda não estão representados no mapeamento. Desse modo iniciamos em 2024 uma nova etapa de coleta de dados, que contou com uma oficina de preenchimento da “Ficha A”, focada em criar estratégias para entrar em contato e

acompanhar o cadastro de novas instituições no mapeamento, oferecendo suporte e orientações para o preenchimento adequado.

As estratégias utilizadas para localizar novas instituições têm sido semelhantes às aquelas já utilizadas anteriormente, como indicaram Russi, Van Velthem e Cury (2022), o que demonstra o caráter de continuidade de uma pesquisa que teve início em 2018:

Importante salientar que a primeira fase do mapeamento (2020-2022) ocorre indiretamente, sem visitas in loco, na maioria dos casos. Assim, a coleta de informações se dá através de contato telefônico e/ou correio eletrônico, visitas aos sites dos museus e por meio de fontes disponíveis, a plataforma Museusbr. Consideramos ainda informações de redes sociais das instituições como Facebook, Instagram e sites de turismo como Tripadvisor ou culturais, como Guia das Artes (Russi; Velthem; Cury, 2022, p. 383).

Algumas dificuldades encontradas estão relacionadas a falta de informações disponíveis na internet, ou ao fato de estarem desatualizadas; falta de retorno de emails, ligações e mensagens por redes sociais; falta de uma base de dados nos estados/municípios sobre museus e iniciativas culturais; e a falta de conhecimento de servidores e contratados em órgãos municipais e estaduais sobre os acervos museológicos das

idades/estados. Mesmo diante desse cenário, a equipe de pesquisa segue trabalhando para chegar a novas coleções e acervos etnográficos. Desse modo, trabalhando por região/estado, junto aos articuladores regionais/estaduais, e considerando a ampliação da difusão do projeto junto às instituições/iniciativas, pesquisadores e comunidades detentoras, o mapeamento e cadastro tende a crescer e abranger cada vez mais estados e municípios.

## **COMENTÁRIOS SOBRE OS MUSEUS UNIVERSITÁRIOS E O MAPEAMENTO**

Parece que até o momento não há uma informação exata sobre a quantidade de museus universitários no Brasil. Por outro lado, há um grande esforço que mobiliza pesquisadores e intuições no país no sentido de buscar dados e, a partir deles, indicar ações, políticas e diretrizes adequadas a esse campo museal tão vasto quanto complexo. Nesse sentido, vemos o esforço entre o Ministério da Educação (MEC) e o IBRAM que em 2020 propuseram um grande levantamento cujo propósito na ocasião era diagnosticar as condições dos museus universitários no âmbito federal, especialmente motivados pelas consequências do incêndio em setembro de 2018 do Museu Nacional/ UFRJ e que tanto comoveu a sociedade brasileira.

Segundo as pesquisadoras que lideraram esse levantamento, entre os desafios para os museus universitários está exatamente a diversidade constitutiva destas instituições. Nas palavras das pesquisadoras:

É sabido que os museus universitários têm origens e desenvolvimentos tão diversos quanto suas tipologias e formas de atuação. A multiplicidade de acervos e temáticas comumente origina iniciativas descentralizadas e favorece o desenvolvimento de propostas e processos museais distintos no ambiente universitário (Carvalho *et al.*, 2023, p. 411).

O universo de respondentes desta pesquisa totalizou 166 instituições sendo que destas 73 se declararam museus tradicionais (idem). Uma outra iniciativa que se constituiu com propósito de reunir profissionais e museus universitários é a Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários (RBCMU).<sup>11</sup> Surgida em 2017, a Rede mantém, desde 2021, a Plataforma Digital da Rede Brasileira de Coleções e Museus

Universitários. Segundo essa plataforma são 841 núcleos museológicos universitários brasileiros (mapeados e cadastrados).

Ainda segundo essa plataforma, existem diversas fontes que revelam dados sobre esse universo museal que congrega além de instituições que se reconhecem como museus tradicionais, também planetários e herbários. Algumas dessas fontes são citadas no site da Rede brasileira de Coleções e Museus Universitários pois procuram sistematizar essas informações. Entre as fontes citadas no referido site estão a tese de Adriana Mortara Almeida (2001) que apresenta uma lista de 129 museus universitários. Outra fonte diz respeito a dados compilados no V Fórum Permanente de Museus Universitários, realizado em 2018 na UFMG, que apresentou uma lista de 356 museus universitários. Uma outra fonte também referenciada no site da Rede é a plataforma Museusbr que registrava em dezembro de 2020 uma lista de 291 museus universitários. Segundo Marcos Granato (2020), coordenador do projeto Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia e Museus universitários: pesquisa, análise e caracterização de relações estratégicas, do Museu de Astronomia e Ciências Afins, foram registrados 444 núcleos museológicos universitários, em novembro de 2020<sup>12</sup>. Este projeto também é referenciado no site da RBCMU.

A partir dos dados do repositório da RBCMU verificamos que existem mais de 18 núcleos museológicos universitários cadastrados cujos acervos remetem a coleções etnográficas. Alguns estão cadastrados como museus de antropologia (10), outros como antropologia e arqueologia (2), outros ainda tem acrescidos ao título da instituição: história, história regional, história geral, mineralogia, infância etc. Por outro lado, até o momento ainda não foi possível cruzar dados entre o levantamento realizado pelo projeto Mapeamento das Coleções Etnográficas no Brasil e aqueles disponíveis no repositório da RBCMU, mas a intenção futura é exatamente neste sentido.

## **O MAPEAMENTO E O PLANO NACIONAL SETORIAL DE MUSEUS**

Voltando ao mencionado Cadastro Nacional de Museus (CNM), lançado em 2006 pelo IBRAM, naquele momento foi possível o desenvolvimento de um instrumento que visava o conhecimento e o

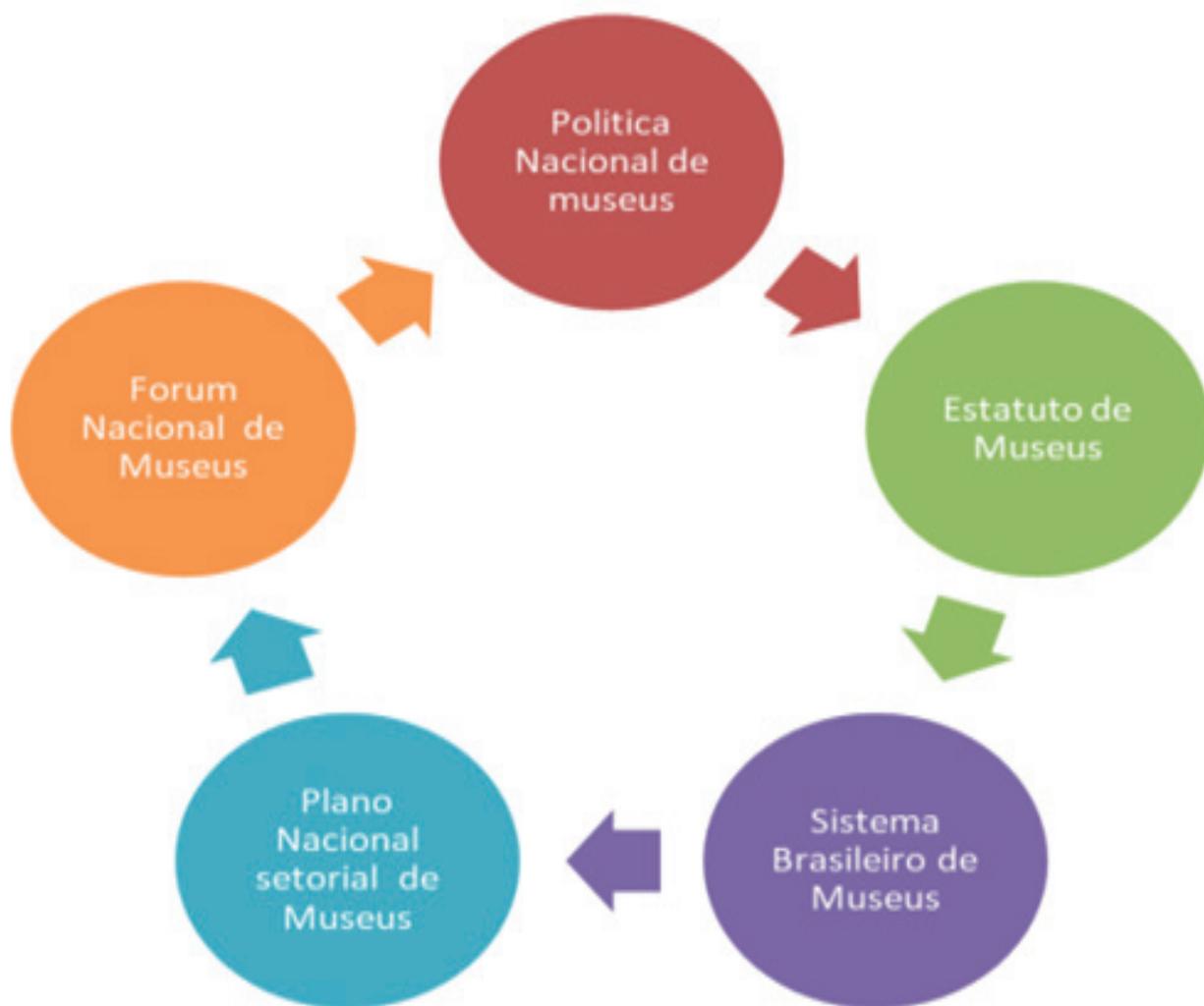


Figura 1 - Ciclo de Gestão da Política Nacional de Museus.  
 Fonte: Nascimento Junior (2019, p. 54).

mapeamento dos museus no Brasil. Desde então, o CNM mapeou mais de três mil e setecentos (3.700) instituições museológicas no país, o que viabilizou divulgar uma série de informações coletadas e sistematizadas em publicações como *Museus em Números* (IBRAM, 2011a; 2011b) e o *Guia dos Museus Brasileiros* (IBRAM, 2011 c).

Os dados sistematizados pelo CNM se tornaram ponto de partida para levantamentos preliminares ao Mapeamento das Coleções Etnográficas no Brasil (Russi; Santos, 2018). Ele também inspirou o projeto do Mapeamento na medida em que essa iniciativa complementa o CNM. Nesse sentido, acreditamos que o Mapeamento das Coleções contribui com o aprimoramento dos dados e sua divulgação, sobretudo ao qualificar informações acerca das coleções etnográficas preservadas

no país, colaborando assim para a formulação e/o monitoramento de políticas públicas para o campo museal.

Em um momento promissor para o campo da cultura no país, em 2010 o IBRAM, depois de uma série de encontros como a 1ª Pré-Conferência de Museus e Memórias realizada no âmbito da II Conferência Nacional de Cultura, realizou o IV Fórum Nacional de Museus, quando foi lançado o Plano Nacional Setorial de Museus (PNSM), um desdobramento dos propósitos do Plano Nacional de Cultura e uma agenda política plurianual para uma década - 2010 -2020. O PNSM estava plenamente articulado com o ciclo de gestão da Política Nacional de Museus, como sintetizou Nascimento Júnior na figura acima.

Assim, construído de forma coletiva como forma de planejamento, o PNSM tornou-se estratégico naquele cenário da cultura brasileira. Nas palavras do então presidente do IBRAM, José do Nascimento Junior:

O Plano Nacional Setorial de Museus sintetiza o esforço do governo e do setor empreendido nos últimos anos para articular, promover, desenvolver e fortalecer o campo museal no País. Mais que a culminância de um processo, no entanto, ele representa o início de uma nova etapa para o campo museal brasileiro (Ministério da Cultura, 2010, p. 8).

As propostas da base do PNSM foram estruturadas a partir de dois enfoques: um eixo estruturante e outro eixo setorial. Os museus etnográficos aparecem no PNSM dentro do eixo setorial. Embora o Mapeamento das Coleções Etnográficas no Brasil não se circunscreva às coleções preservadas neste tipo de museu, muitos aspectos da PNSM voltadas aos museus etnográficos foram considerados em nosso projeto.

Para o(a) leitor(a) compreender um pouco melhor, cada eixo setorial tinha diretrizes, estratégias e ações a serem realizadas ao longo de uma década. Assim, por exemplo, uma das diretrizes transversais diz respeito à gestão museal. Neste caso, foi considerada como diretriz transversal para os museus etnográficos “garantir o desenvolvimento de processos e metodologias de gestão participativa nos museus” (MinC, 2010, p. 34). Outra diretriz transversal dizia respeito à preservação, aquisição e democratização dos acervos, para o qual os museus etnográficos precisariam “potencializar a dimensão informacional e comunicacional de acervos etnográficos” (Idem, p. 35). Entendemos que o projeto do Mapeamento em muito contribui com essas diretrizes ao potencializar e disseminar informações que favorecem a democratização destes acervos e colocam lado a lado diferentes agentes - profissionais de museus, pesquisadores e comunidades. A iniciativa do Mapeamento também contribui para a “fomentar processos de comunicação horizontal entre as instituições museológicas e os grupos sociais nelas representados” (Idem, p. 41), outra diretriz transversal que trata da comunicação e exposição dos museus etnográficos.

De forma geral, entendemos que o projeto do Mapeamento das Coleções Etnográficas dialoga diretamente com um conjunto de diretrizes apontadas no PNSM, sobretudo aquelas voltadas aos museus etnográficos, embora como já mencionado, o projeto não se limite a identificar, coletar dados e disseminar informações das coleções etnográficas preservadas neste tipo de museu.

## **MUSEUSBR E O PROJETO MAPEAMENTO DAS COLEÇÕES ETNOGRÁFICAS**

A preocupação para com a sistematização, o registro, a disponibilidade e o acesso aos acervos museais brasileiros como parte da PNC, tem mobilizado iniciativas de diferentes ordens no Brasil. Ancoradas no propósito de criação e disponibilização de bancos de dados com informações sobre os museus, essas iniciativas se aproximam e se diferem de acordo com os contornos e objetivos de cada proposta, sendo uma das principais delas a plataforma Museusbr.

Criada pela Portaria nº 6, de 9 de janeiro de 2017, a plataforma Museusbr é considerada o sistema nacional de mapeamento e identificação de museus no país para a gestão e o compartilhamento de informações sobre estas instituições. Ela foi criada utilizando-se software livre e, portanto, incorpora aspectos de colaboração, descentralização, uso de dados e transparência entre os desenvolvedores e os usuários.

Como este objetivo, o Museusbr disponibiliza informações atualizadas sobre os museus brasileiros com dados provenientes do Cadastro Nacional de Museus (CNM), do Registro de Museus (RM) e de outras iniciativas da PNM e do IBRAM, órgão que controla a plataforma em conjunto com as entidades de registro da rede.

Nesse mesmo sentido, o projeto Mapeamento das Coleções Etnográficas no Brasil persegue a ideia de disponibilidade de informações destas coleções criando e incorporando através de *software* livre um banco de dados colaborativo, descentralizado, com dados abertos e transparência entre os desenvolvedores, usuários, as instituições e as comunidades representadas por estas coleções. De fato, para além do foco na criação de um banco de dados de coleções etnográficas que podem ou não estarem preservadas em museus,

o projeto avança e inclui de maneira ampliada instituições e iniciativas que possuem acervos etnográficos, mesmo que tais instituições não se sejam consideradas museus, embora preservem acervos museológicos como, por exemplo, os Instituto Históricos e Geográficos que existem em diferentes localidades do país.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A despeito dos desafios enfrentados para efetivar o projeto Mapeamento das Coleções Etnográficas no Brasil desde 2018, temos contornado adversidades e avançado. Consideramos que o projeto se insere em um debate contemporâneo que aponta para uma reparação histórica e para o enfrentamento de questões tabu no campo dos museus e do patrimônio ao discutir processos de autorrepresentação, guarda compartilhada, democratização do acesso, entre outros, assumindo uma perspectiva inclusiva na medida em que se coloca como uma peça de revisão das relações entre instituições e iniciativas museais junto às populações associadas aos acervos.

Assim, pode ser visto como uma ação política complementar à da plataforma Museusbr na medida em que não apenas contempla e abrange do CNM e o RM, como também incorpora outras instituições, fugindo da objetificação das culturas e reconectando a estas coleções as populações a elas associadas, privilegiando a memória viva de suas representações, revertendo em alguma medida a noção das reservas técnicas dos museus como “cemitérios de objetos” (James Clifford *apud* Ribeiro; Velthem,1992).

Outro ponto a destacar são ações de articulação, cruzando dados da plataforma do Mapeamento com aquelas disponíveis pela Rede Brasileira de Coleções e Museus Universitários, sobretudo considerando o fato de que entre os museus universitários a maioria tem plano museológico e documentação do acervo (Carvalho *et al.*, 2023), o que pode contribuir para desdobramentos em torno de ações de reparação.

Estamos otimistas pois em breve a plataforma do Mapeamento das Coleções Etnográficas no Brasil apresentará dados sobre as coleções mapeadas pelo projeto. A disponibilização *online* com informações sobre estas coleções (onde está a coleção, preservada em qual museu, a que povo/

comunidade se refere etc.), de forma sistematizada para fácil navegação e acesso gratuito, proporcionará a base para que pesquisadores, instituições museais ou população em geral, mas sobretudo povos/ comunidades associadas a estes acervos possam conhecer, se conectar a elas etc. E isso está se tornando uma realidade.<sup>13</sup>

E muito ainda está por vir!

## NOTAS

1. PNM - Política Nacional de Museus.
2. Uma primeira versão deste texto foi apresentada ao XIII Seminário Internacional de Políticas Culturais da Fundação Casa Rui Barbosa em maio de 2024.
3. PNC - Política Nacional de Cultura.
4. PNSM - Plano Nacional Setorial de Museus.
5. IBRAM - Instituto Brasileiro de Museus.
6. Nossos agradecimentos a todos (as) que tem contribuído com o desenvolvimento do Mapeamento das Coleções Etnográficas no Brasil, alguns deles citados nominalmente em: <<https://colecoesetnograficas.uff.br/>>.
7. Agradecemos à Lucas Yagabata e Marília Moraes por suas contribuições na sistematização dos dados apresentados na Tabela 1.
8. Em 2018, quando o projeto do Mapeamento foi iniciado eram cerca de 457 museus etnográficos num contexto de 3.118 museus de diferentes categorias (IBRAM, 2011 c). Contudo, o projeto não se restringe a localizar coleções etnográficas preservadas apenas por este tipo de museus.
9. Inicialmente havíamos concebido duas fichas - a Ficha A para coleta de dados preliminares e a Ficha B que seria destinada à complementação de informações. A fragilidade da documentação dos acervos, a dificuldade de comunicação com as instituições e a inevitável fadiga causada pela necessidade de preenchimento de dois instrumentos de coleta de dados nos levaram a condensar num único instrumento - a Ficha A - as informações mais relevantes para sabermos que coleção está preservada em qual instituição, a que povo/ comunidade se refere e alguns outros dados complementares. Assim, depois de várias versões,

chegamos no final de 2022 a uma última versão da Ficha A, que em 2023 sofreu pequenos ajustes.

10. Tainacan é um software livre, flexível que tem funcionado para as instituições culturais criarem plataformas para a catalogação e difusão de seus acervos. O IBRAM tem apostado fortemente neste software como ferramenta facilitadora para que os museus disponibilizem digitalmente seus acervos. Funciona para a criação de repositórios de acervos digitais em Wordpress. Sobre o Tainacan ver: <<https://tainacan.org/>>.

11. Dados extraídos do site da RBCMU: <<https://rbcmu.com.br/>>. Acesso em: 31 ago. 2024.

12. Disponível em: <<https://indd.adobe.com/view/44e9e5e0-0c20-4bd0-936a-3ab0e14900a1>>.

13. Para acompanhar o desenvolvimento do projeto Mapeamento das Coleções Etnográficas no Brasil confira nossas redes sociais como o Instagram: <<https://www.instagram.com/colecoesetnograficasbr/>>; ou o Facebook: <<https://www.facebook.com/colecoesetnograficasbr>>.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Adriana Mortara. **Museus e Coleções Universitários:** Por que Museus de Arte na Universidade de São Paulo? Tese (Doutorado em Ciência da Informação e Documentação). Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. Disponível em: <<https://teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27143/tde-10092003-160231/publico/TDE.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Museus:** memória e cidadania". Brasília: MinC, 2003.

BADARÓ, Murilo. **Gustavo Capanema:** a revolução na cultura. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

BARBALHO, Alexandre. Em tempos de crise: o MinC e a politização do campo cultural brasileiro. **Políticas Culturais em Revista.** Salvador, v. 10, n. 1, p. 23-46, jan./jun. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/22014>>. Acesso em: 25 out. 2024.

BOTELHO, Isaura. **Romance de formação:** Funarte e política cultural. (1976-1990). Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2001.

BOTELHO, Isaura. A política cultural e o plano das ideias. In: RUBIM, Antônio Albino C.; BARBALHO, Alexandre (Org.). **Políticas culturais no Brasil.** Salvador: Edufba, 2007.

CALABRE, Lia. Política cultural no Brasil: um histórico. In: CALABRE, Lia (Org.). **Políticas culturais:** diálogo indispensável. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2005.

CALABRE, Lia. **Políticas culturais no Brasil:** dos anos 1930 ao século XXI. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

CARVALHO, Cláudia Rodrigues; JULIÃO, Letícia; CUNHA, Marcelo Nascimento Bernardo da. Museus universitários no Brasil: diagnóstico e proposições. **Interfaces** - Revista de Extensão da UFMG, v.10, n.2, 2023. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistainterfaces/article/view/42505>>. Acesso em: 31 ago. 2024.

CHAGAS, Mário; MACRI, Marcus Vinicius. **A função educacional dos museus:** 60 anos do Seminário Regional da Unesco. Rio de Janeiro: Museu da República, 2019.

COELHO, Teixeira. **Dicionário crítico de política cultural:** cultura e imaginário. São Paulo: Fapesp/Iluminuras, 1997.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo:** trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ; MinC-IPHAN, 2005.

GRANATO, Marcos. (2020). **Patrimônio Cultural de Ciência e Tecnologia e Museus universitários:** pesquisa, análise e caracterização de relações estratégicas. Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2020. Disponível em: <<https://indd.adobe.com/view/44e9e5e0-0c20-4bd0-936a-3ab0e14900a1>>. Acesso em: 31 ago. 2024.

HEYMANN, Luciana (Org.). **50 anos da Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972-2022):** novos olhares sobre os museus. São Paulo: HUCITEC, 2023.

Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). **Museus em números.** Brasília: IBRAM, 2011, v. 1.

Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). **Museus em números.** Brasília: IBRAM, 2011, v. 2.

Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). **Guia dos Museus Brasileiros**. Brasília: IBRAM, 2011.

JULIÃO, Letícia. Apontamentos sobre a história do museu. In: **Caderno de Diretrizes Museológicas**. 2. ed. Brasília: Ministério da Cultura/IPHAN/DEMU; Belo Horizonte: Secretaria de Estado de Cultura/Superintendência de Museus, 2006.

LOPES, Maria Margareth. **O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX**. São Paulo: Hucitec, 1997.

MINISTÉRIO DA CULTURA - IBRAM. **Plano Nacional Setorial de Museus**. Brasília: MinC/IBRAM, 2010.

MORAES, Nilson Alves de. Políticas públicas, políticas culturais em museu no Brasil. **Museologia e Patrimônio**, v. 2, n. 1, p. 54-69, jan./jun., 2009. Disponível em: <<http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/46/26>>. Acesso em: 25 out. 2024.

NASCIMENTO JUNIOR, José do. **De João a Luiz: 200 anos de política museal no Brasil**. Tese (Doutorado em Museologia e Patrimônio). Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <[https://www.unirio.br/ppg-pmus/jose\\_nascimento\\_junior.pdf](https://www.unirio.br/ppg-pmus/jose_nascimento_junior.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2024.

RUBIM, Antônio Albino C.; BARBALHO, Alexandre (Org.). **Políticas culturais no Brasil**. Salvador: Edufba, 2007.

RUSSI, Adriana; SANTOS, Gabriela. **Levantamento preliminar de experiências de museologia compartilhada com povos indígenas em museus de Antropologia e Etnografia no Brasil**. CNPq. Relatório de Iniciação Científica, 2018.

RUSSI, Adriana; CARNEIRO, Juliana. Políticas culturais, políticas de museus e os desafios que se delineiam aos museus de antropologia no Brasil. **Anais do IX Seminário Internacional de Políticas Culturais**, p. 1115-1129, maio. 2018. Disponível em: <<http://www.rubi.casaruibarbosa.gov.br/handle/20.500.11997/8766>>. Acesso em: 31 ago. 2024.

RUSSI, Adriana; VELTHEM, Lucia Hussak. van; XAVIER, Marília Cury. Mapeamento das coleções etnográficas no Brasil: três relatos de um percurso em formação. In: CAVIGNAC, Julie; ABREU, Regina; VASSALLO, Simone. **Patrimônios e museus:**

inventando futuros. Brasília: ABA; Natal: EDUFRN, 2022, p. 377-415.

SANTOS, Andressa Oliveira; PEREIRA, Leticia de Carvalho; RUSSI, Adriana. Acessibilidade dos acervos museais a partir da PNM: contribuições da iniciação científica no mapeamento das coleções etnográficas no Sudeste, Centro-Oeste e Sul do país. **Anais do X Seminário Internacional de Políticas Culturais**, 2020, p. 196-205. Disponível em: <<http://catedrapoliticasculturais.rb.gov.br/anais-do-x-seminario-internacional-de-politicasculturais-2/>>. Acesso em 25 out. 2024.

VARELLA, Guilherme. **Plano Nacional de Cultura: direito e políticas culturais no Brasil**. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2014.

## SOBRE OS AUTORES

*Adriana Russi* é Doutora em Memória Social pela UNIRIO, pós-doutora em Museologia pela USP, docente da Universidade Federal Fluminense e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO. Coordenadora do projeto Mapeamento das Coleções Etnográficas no Brasil disponível.

E-mail: adri.russitm@gmail.com.

*Geslline Giovana Braga* é Doutora em Antropologia Social pela USP, pós-doutoranda em Memória Social UNIRIO. Professora visitante do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFRN. Coordenadora da equipe de difusão do projeto Mapeamento das Coleções Etnográficas no Brasil.

E-mail: geslline@gmail.com

*Marco Brandão* é Doutor em Engenharia de Produção pela UFRJ, pós-doutor em Estudios de la Información pela Universidad Nacional Autónoma de México, docente e técnico em Educação da Universidade Federal Fluminense. Coordenador da equipe do Banco de Dados do projeto Mapeamento das Coleções Etnográficas no Brasil.

E-mail: marcobrandao@id.uff.br

Recebido em: 31/08/2024

Aprovado em: 28/10/2024